



Entrevista: Violência Urbana

“Não é possível levar a sério a tese das ‘maças-podres’, de que uma minoria é que se torna desviante e pratica torturas e violência. É necessário verificar as cadeias de comando, as orientações, às vezes tácitas, das políticas de segurança.”

Esta afirmação, da professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, foi concedida em entrevista à Revista Senso Comum. Ao abordar o conceito de Violência Urbana, ela é moderada: “não é fácil de definir, visto que não se trata apenas da violência real, concretizada, mas, principalmente, das representações que as pessoas têm em torno disso que se convencionou chamar de violência urbana”.

Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza é professora da Universidade Federal de Goiás desde 1984, atuando no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), mestrado em História pela mesma instituição e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é profes-



Foto: Matheus Mello

so-ra associada da UFG e coordenadora dos projetos de pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás e Violência Urbana: Estudos Comparativos entre Rio de Janeiro e Goiás, este em parceria com o programa de pós-graduação em Sociologia e Antropologia do IFCS-UFRJ. Organizou o livro *Goiás: Sociedade e Estado* (Goiânia: Cãnone Editorial, 2004), do qual faz parte o texto intitulado “O Golpe em Goiás”, e *Violência, poder e autoridade em Goiás* (Goiânia: Editora UFG, 2006).

Entrevista elaborada pelos editores: Elismênina Oliveira, Guilherme Borges da Silva, Iran Nunes Lemes Segundo, Jean Carlos Camargo, Lúbia Gonzaga Dutra, Matheus Guimarães Mello, Patrik Thames Franco, Suzane de Alencar Vieira e Wildes Andrade.



A temática violência é amplamente discutida por várias áreas do conhecimento como a psicologia e o direito. Qual a abordagem das ciências sociais sobre esse tema? Em que essa abordagem se distingue das reflexões de outros campos?

Não se pode dizer que haja uma abordagem única das ciências sociais sobre a violência. Mas, desde Durkheim, é possível considerar que, para as ciências sociais, as manifestações de violência em uma sociedade e suas consequências nos ajudam a compreender como nessa sociedade se estruturam as suas relações sociais, como se estabelecem laços de solidariedade e de conflito. É necessário pensar nos efeitos sociais, econômicos e políticos que a violência provoca. E também nas suas causas múltiplas. Mas vários foram os modelos das ciências sociais para pensar a violência e a criminalidade. Desde aqueles que se centravam no indivíduo desviante, nas teorias do conflito, nos condicionantes econômicos, nas privações, na rotulação, na escolha racional.

É possível definir violência? Que conceito de violência traz sua pesquisa *Violência Urbana no Estado de Goiás*?

É muito difícil definir violência, pois ela está sempre referida aos valores de sociedades diferentes ou de épocas diferentes em uma mesma sociedade. Ou mesmo de grupos diferentes. Além disso, há várias modalidades de violência, desde a física mais brutal até a violência simbólica que, geralmente, é imperceptível aos que a sofrem. O conceito mais amplo e generalizadamente aceito entre os cientistas sociais é aquele de Yves Michaud, no livro *A violência*, que considera que “há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, cau-



sando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas ou culturais”. No projeto Violência Urbana no Estado de Goiás, estamos tratando de um tipo de violência que ocorre nas cidades, e violência urbana também não é fácil de definir, visto que não se trata apenas da violência real, concretizada, mas, principalmente, das representações que as pessoas têm em torno disso que se convencionou chamar de violência urbana. No *survey* percebemos o quanto isso é difuso e se expressa em sentimento de insegurança.

Quais são os principais objetivos da pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás, sob sua coordenação? Após a conclusão do projeto atual, a pesquisa terá continuidade?

O objetivo geral da pesquisa é o de conhecer as manifestações de violência urbana em Goiás. Realizamos um *survey* de vitimização e sentimento de insegurança em doze municípios goianos, além da capital. Utilizamos no total uma amostra domiciliar de 6.800 pessoas. Estamos trabalhando nas delegacias, para complementar os dados secundários fornecidos pela Polícia Civil. Há um foco especial sobre crimes de homicídio, na tentativa de compreender as suas motivações. Há também a pesquisa no complexo prisional e entrevistas com agentes de segurança pública.

Haverá sim continuidade, pois tivemos aprovado neste ano um projeto no edital Procad 2007 da Capes, com execução prevista para quatro anos. O Procad tem por objetivo articular grupos de pesquisa de Universidades com conceitos diferentes na Capes. Pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), da UFRJ, é coordenado pelo professor Luiz Antonio Machado da Silva. Integra o projeto também o professor Michel Misse. O projeto, além de missões de docência e de estudos, mestrados-sanduiche, doutorados-sanduiche e iniciação científica-san-

duíche (que permitirão aos nossos alunos frequentarem cursos, participarem de pesquisas na UFRJ), prevê a realização de uma pesquisa que seria a continuidade desta que estamos realizando, mas com uma perspectiva comparativa entre Goiás e Rio de Janeiro. Além de uma abordagem quantitativa, faremos também estudos qualitativos.



Qual a importância da proposta de abrir um diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia social, planejamento e desenvolvimento territorial, na sua pesquisa?

Tivemos que nos aproximar da psicologia social porque estamos tratando de sentimento de insegurança. Embora o tratamento seja sociológico, há elementos da psicologia social que nos ajudam a compreender por que o sentimento de insegurança não corresponde necessariamente à vitimização. Há também a questão das incivildades, os pequenos delitos ou práticas que, embora não sejam criminalizadas, incomodam as pessoas e as fazem reagir com medo, o que tem sido trabalhado pela psicologia social.

Quanto aos estudos urbanos, nós utilizamos uma metodologia desenvolvida pelo Observatório das Metrópoles-IPPUR-UFRJ para calcular a amostra do *survey*, que foi estratificada levando em consideração as áreas definidas pelo Observatório nos municípios da Região Metropolitana de Goiânia. A tipologia utiliza as categorias sócio-ocupacionais como princípio da distribuição das pessoas no espaço urbano. Considera que a disposição das pessoas no espaço expressa uma hierarquia, verificada a partir das categorias sócio-ocupacionais, formadas pela agregação das ocupações definidas pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). O pressuposto, encontrado na teoria de Pierre Bourdieu, é que a posição do indivíduo na estrutura social – de acordo com o seu capital econômico e capital cultural – determina sua localização no espaço. Como o professor Aristides Moysés (UCG), eu própria e a doutoranda Najla Frattari fazemos parte do Núcleo Goi-



ânia do Observatório, podemos utilizar a metodologia. Afinal, se estamos tratando de violência urbana, é necessário também compreender a segregação socioespacial.

A sua pesquisa utiliza vários tipos de coleta de dados, como survey, entrevistas semiestruturadas, análises de documentos etc. Por que utilizar metodologia e técnicas de pesquisa diversificadas para elucidar a violência em Goiás?

Como a pesquisa tem enorme abrangência, com vários objetivos e várias metas, tivemos que lançar mão de técnicas variadas que nos permitissem dar conta dessa abrangência. Essa triangulação das técnicas favorece uma visão mais ampla e aprofundada dos dados. Por exemplo, com o *survey*, caracterizamos a amostra levando em consideração a estratificação por sexo e idade. A pesquisa buscou traçar as características das vítimas, procurando identificar os segmentos da população mais vitimados por sexo, faixa etária (pessoas de 19 a 59 anos e de 60 anos e mais), condições socioeconômicas e localização no espaço social; identificar as redes mais frequentes de vitimização; buscou também traçar um perfil dos agressores; caracterizar o contexto social do crime; a estrutura urbana e a morfologia social dos locais onde ocorrem os crimes e os lugares considerados perigosos em cada município pesquisado; identificar os temores mais frequentes da população pesquisada; identificar a forma mais frequente de propagação do sentimento de insegurança para a população pesquisada; perceber as reações e medidas tomadas pelas pessoas para evitar a vitimização e a sua percepção do local onde vivem; estabelecer a relação entre vitimização e sentimento de insegurança; perceber de que forma as vítimas se relacionam com as instituições de segurança pública e com a comunidade onde vivem. Isso foi possível com a pesquisa quantitativa, agregando as opiniões e estabelecendo correlações. Estamos agora fazendo uma análise de regressão dos dados.

Já na pesquisa com os delegados, agentes e escrivães, utilizamos entrevistas visando captar as representações que eles têm da violência, criminalidade e punição. Foi possível depois confrontar essas representações com as percepções que a população expressou no *survey*.

A pesquisa em documentos está sendo feita nos prontuários dos presos e nos inquéritos para obter um quadro mais abrangente da questão da violência. Assim, cada um dos objetivos da pesquisa demandou uma técnica diferente.

Em seu livro *Violência, autoridade e poder em Goiás*, a senhora apresenta duas modalidades de violência: a impulsiva e a racional. Quais são as características de cada uma delas? E como podemos percebê-las na sociedade do século XX e no início deste século?

No livro eu utilizei uma tipologia derivada de eixos de violência construídos por Pieter Spierenburg para uma pesquisa histórica realizada na Holanda. O primeiro eixo tem por base os estados psicológicos que desencadeiam a violência. O crime de homicídio, praticado nas comunidades tradicionais, é percebido como manifestação dos impulsos primários incontroláveis, manifestação da violência instintiva, primeira ponta do eixo. Com o desenvolvimento do processo civilizador, os homens passam a controlar mais as suas pulsões e esse tipo de homicídio diminui. Porém, o próprio controle dos impulsos permite uma racionalização da ação que se manifesta nos homicídios premeditados. O outro eixo refere-se ao significado social do ato violento e não à violência derivada dos afetos. Nesse eixo, nas comunidades tradicionais, o homicídio é manifestação de violência ritual, exigência dos padrões de sociabilidade, que tende a diminuir com o avanço do processo civilizador. É substituída pela violência instrumental, própria das sociedades industriais. No primeiro eixo, caracterizando um tipo de violência próprio de comunidades, de sociedades agrá-





rias, encontram-se dois tipos de violência, a violência impulsiva, que se desenvolve em violência planejada. A violência impulsiva refere-se àqueles casos em que ficam evidentes a imediatividade da reação do agressor a uma contrariedade momentânea, o caráter espontâneo do ato e a ausência de premeditação. A ação violenta decorre de reações emocionais e indica, nos termos de Freud, a manifestação dos instintos primários incontrolláveis, de um precário desenvolvimento do superego. É uma modalidade de violência resultante de estados psicológicos e pode ser classificada, em termos weberianos, como uma ação irracional afetiva. Já a violência planejada é o segundo tipo. Decorre também de estados emocionais, mas, ao contrário do tipo anterior, revela estados psicológicos que não conduzem a uma reação imediata, à liberação desenfreada dos impulsos, e sim a um planejamento antecipado, à busca, não obstante cega aos padrões da ordem jurídica, de recursos para atingir um fim. No segundo eixo de Spierenburg, encontram-se os tipos violência expressiva e violência instrumental. A violência expressiva é uma forma de ação que visa desvalorizar o outro para atribuir-se um valor maior numa escala hierárquica. O outro extremo desse segundo eixo é a violência instrumental. São atos de vontade exercidos para a obtenção de algo, tal como nos assaltos, nos latrocínios. Visam prioritariamente os bens, o patrimônio e, só secundariamente, embora com frequência, atingem a pessoa. A motivação vem do desejo de obter algo.

As violências decorrentes de impulsos primários e aquelas que resultam de conflitos nas sociabilidades, as expressivas, continuam ocorrendo e, certamente, continuam sendo as de maior frequência. Entretanto, além da violência com o objetivo de obter bens materiais, a grande novidade no início deste século, em todas as grandes cidades, nas metrópoles e até mesmo em cidades médias, é a violência decorrente do tráfico de drogas. Isso tem tido um impacto enorme em Goiânia, nos últimos anos e, especialmente, no de 2008, quando o número de homicídios aumentou muito.

Um dos objetivos da sua pesquisa é investigar o sentimento de insegurança e vitimização da população goiana. Com base nos resultados parciais da pesquisa, pode-se averiguar como anda esse sentimento entre os goianos? O que se atribui a tal resultado?

O sentimento de insegurança dos goianos é muito grande. Não corresponde necessariamente à vitimização. É uma característica da sociedade contemporânea.

Em 2007, durante a XIII Semana de Ciências Sociais realizada pelo Departamento de Ciências Sociais da UFG, foram apresentados dados parciais da pesquisa Violência Urbana no Estado de Goiás – coletados na Região Metropolitana de Goiânia –, segundo os quais mais de 80% da população concordam que “penas mais rigorosas” e “a redução de maioridade penal” poderiam resolver o problema da violência no Brasil. Quais seriam os possíveis motivos que levam as pessoas a terem um sentimento tão punitivo?

Esse sentimento se verifica em toda parte. Se tomarmos as formulações de Ulrich Beck, Mary Douglas e Zygmunt Bauman, de que vivemos hoje, na modernidade tardia, em uma sociedade de risco, podemos compreender isso. Há também o fato concreto de que a criminalidade tem aumentado nas grandes cidades, particularmente no Brasil. As pessoas hoje clamam por mais punição e mais encarceramento daquele outro desconhecido que elas sentem que as ameaça. Criam-se estereótipos. O pobre, o negro, o jovem, o morador da periferia são criminalizados e devem ser afastados do convívio dos que se autointitulam “pessoas de bem”. Fica estabelecida a segregação socioespacial, essa conformação das cidades brasileiras de hoje, tanto porque os mais pobres são jogados na periferia como porque os mais ricos, mortos de medo, se autoisolam nos condomínios.





Como a grande mídia (emissoras de rádio e TV, jornais e revistas) representa a violência? E em que medida ela pode influenciar a percepção da população brasileira sobre violência?

A mídia influencia sim, e contribui para aumentar a insegurança, na medida em que o tratamento dado aos fatos é sensacionalista. É o que vende jornais e espaços publicitários na TV. Há também de parte dos jornalistas uma certa preguiça em investigar (não policialmente, mas jornalisticamente) melhor. É mais fácil repetir os bordões e incentivar maior clamor punitivo.

A aprovação da lei Maria da Penha pode contribuir para a redução da violência contra as mulheres? E o projeto de lei que transforma a homofobia em crime, será importante para conter os tipos de violência cometida contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais?

A Lei Maria da Penha tem ainda de ser acompanhada de outras medidas capazes de assegurar às mulheres maior proteção. Tanto refletindo sobre a Lei Maria da Penha como sobre o projeto de lei que transforma a homofobia em crime, é necessário não ficar apenas na perspectiva punitiva. Há outras medidas a serem adotadas, como programas de reeducação dos agressores. Mas a tendência na nossa sociedade, com as políticas de reconhecimento, é mesmo no sentido de criminalizar atos que antes não eram criminalizados.

É notável o aumento do número de ONGs que defendem os Direitos Humanos no Brasil. No entanto, esses direitos ainda continuam sendo violados em nosso país, especialmente por nossa polícia. Qual a sua leitura sobre este fenômeno?

Mudanças na cultura demoram muito. Mas o papel das ONGs é positivo e tem tido efeitos consideráveis ao tornar públicas as violações dos direitos humanos, ao reclamar do Estado providências. Já o caso da polícia pode ser considerado especial, visto que se trata de um aparelho do Estado que pratica a violência ilegítima. Não é possível levar a sério a tese das “maças-podres”, de que uma minoria é que se torna desviante e pratica torturas e violência. É necessário verificar as cadeias de comando, as orientações, às vezes tácitas, das políticas de segurança. A tolerância por parte dos comandos com a violência. Quando um dirigente de segurança pública afirma que entre o policial e o bandido quem deve morrer é o bandido, está dando a senha ao policial.

O que a motivou a pesquisar violência?

A minha dissertação de mestrado foi sobre o golpe de 64 em Goiás. Tratava, portanto, de violência política. No doutorado eu pretendia continuar na mesma linha. Foi no momento em que os arquivos do DOPS estavam sendo abertos em todo o país e eu elaborei um projeto que visava comparar a repressão política do Estado Novo com a do regime militar. Entretanto, quando os arquivos de Goiás foram abertos, verifiquei que pouco havia a respeito da repressão. Deles muito havia sido expurgado. Desisti do projeto. Foi quando entrei em contato com a obra de Norbert Elias e me interessei pela violência nas relações interpessoais.

